

Disposições sobre anônimos: o sujeito ordinário na história, na sociologia e na mídia

Anonymous Provisions: The ordinary subject in history, sociology and the media

Ercio do Carmo Sena¹
erciosena@gmail.com

Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman²
jugusman@terra.com.br

RESUMO

O artigo pretende refletir sobre a presença de sujeitos anônimos e sobre suas realidades cotidianamente negligenciadas em narrativas midiáticas distintas. Para isso, estabelece relações com estudos sobre a abordagem dos anônimos na história e nas ciências sociais brasileiras. Esses movimentos buscam capturar ações que miram a visibilidade desses sujeitos, pertencentes às classes populares, em vestígios configurados, ou não, por eles. A partir daí, o artigo discorre sobre os desafios que caracterizam a emergência de outros sujeitos, não hegemônicos, na cultura da mídia contemporânea.

Palavras-chave: anônimos, cultura e mídias.

O artigo pretende apresentar questões relacionadas à abordagem de sujeitos anônimos, pertencentes aos setores populares da sociedade, e de seu papel na vida social em exemplos na história e nas ciências sociais para, em seguida, pensar como esses sujeitos ordinários, de maneira

ABSTRACT

The article intends to deal with the presence of anonymous subjects and their daily neglected realities in different media narratives. It establishes relations with studies on the approach of ordinary people in the history and in the Brazilian social sciences. These movements seek to capture actions that aim at the visibility of these subjects, who belong to the popular classes, in traces configured, or not, by them. From there, the article discusses challenges that characterize the emergence of the non-hegemonic subjects in the contemporary media culture.

Keywords: anonymous, culture and media.

similar, foram abordados em narrativas midiáticas distintas. Para isso, serão trabalhadas análises que refletem a educação e a presença das massas invisibilizadas a partir das revoluções burguesas e a narrativa histórica como articulação necessária para orientar a consciência dos se-

¹ Docente nos cursos de Jornalismo e Relações Públicas e integrante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenador do Curso de Jornalismo da mesma instituição. Rua Dom José Gaspar, 500, 30535-901, Belo Horizonte, MG, Brasil.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista Capes. Rua Dom José Gaspar, 500, 30535-901, Belo Horizonte, MG, Brasil.

tores populares em acontecimentos reais ou imaginários. Em seguida, serão destacadas perspectivas nas quais esses segmentos são pensados nos estudos das ciências sociais e, por fim, a convergência dessas escolhas para pensar possibilidades de estudos da representação dos anônimos no campo da comunicação.

Para que o escopo desse artigo seja cumprido, torna-se necessário, primeiramente, identificar esse sujeito ordinário, popular, do qual se fala. Conforme Hall (2003), entende-se como popular as formas, atividades, saberes, e costumes cujas raízes se situam em contextos sociais e materiais de classes específicas e que em qualquer época estiveram incorporadas nas tradições e práticas populares, que podem ser identificadas somente quando comparadas ao que pertence às classes dominantes. Esse arsenal simbólico, portanto, não é íntegro ou autônomo: dialoga continuamente com outros capitais culturais inscritos na sociedade, estabelecendo vinculações de poder e dominação. É justamente na relação dialética e complexa entre culturas que se percebe o princípio estruturador do popular, ou seja, nas tensões e oposições entre o que pertence à elite e o que pertence à cultura de periferia.

Devido aos embates culturais e à constante tentativa de dominação e apropriação por parte da cultura hegemônica, Hall destaca que o popular se solidificou como um lugar de resistência e enfrentamentos. “A cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É arena do consentimento e da resistência” (Hall, 2003, p. 263). No entanto, tratam-se de lutas irregulares e desiguais, nas quais a cultura dominante aposta na desorganização e na resignificação incessante da cultura popular, em uma tentativa de enfraquecimento, usualmente bem-sucedida. A partir do advento da comunicação de massa, a indústria cultural serviu como ferramenta imprescindível de consolidação das construções narrativas das classes dominantes e de desconstrução do popular. Porém, os *mass media* apenas intensificaram e evidenciaram uma ação que já vinha se perpetuando em outros campos, principalmente, na história.

Até a metade do século XX, a história com foco nas práticas e êxitos de grupos sociais hegemônicos predominou nos trabalhos de reconstituição do passado. O fenômeno, no entanto, não pode ser creditado apenas às opções promovidas no interior desse campo. Em diferentes domínios do conhecimento, usos do saber estiveram vinculados às relações entre classes sociais em diferentes contextos. Na história, se observou uma tendência que

acentuou o apagamento da vida comum, do anônimo geralmente inscrito na cultura popular. Esse gesto contribuiu com a baixa estima das multidões enfraquecendo a construção de sua autonomia para intervir no presente. Nesta escrita são valorizados confrontos, sucessão de fatos, guerras e conquistas que configuram o mundo de acordo com o pensamento hegemônico presente. A verdade que busca afirmar contribui para naturalizar a vida social, desidratar sua vitalidade, esvaziar a potência de suas resistências e desconhecer seus conflitos.

A partir do triunfo das revoluções burguesas foi necessário educar as massas para que elas pudessem participar da nova ordem social com demandas que dependiam de políticas de instrução coletiva, necessárias ao funcionamento de instituições e organizações. A universalização da educação pública e laica se tornou possível com o advento das revoluções burguesas. Debray (1994) mostra que a legitimação da nova ordem, de novos sujeitos de fala, só poderia se realizar nos quadros de uma educação voltada ao preparo dos indivíduos para o exercício das funções políticas, a cidadania. A Igreja foi precursora dessa escola, na medida em que armazenou, transportou e transmitiu conhecimentos. No domínio burguês esse papel passou a ser desempenhado pelo Estado que, para dinamizar e conferir credibilidade às falas dos homens instituiu a escola pública laica. “Apoiada na razão, a república encontrou legitimidade e consistência nas instituições eruditas (academias, institutos, conservatórios, colégios, museus). A Revolução vê os sábios tomarem o poder” (Debray, 1994, p. 75). Outros campos de conhecimento se viram enredados por essas circunstâncias e nelas se desenvolveram. A orientação educacional disposta a enquadrar os indivíduos na nova ordem fez predominar na história tradicional perspectivas semelhantes. Para isso, práticas dos setores populares foram negligenciadas e, no discurso sobre eles, foi valorizada, na melhor das hipóteses, sua condição como mão de obra necessária para construir o mundo moderno que emergia.

Tecer uma identidade das classes populares destituída de protagonismo político e cultural, definir esses sujeitos historicamente por uma suposta falta de consciência crítica e cultura é propor, seguidamente, a subordinação deles baseada na naturalização de um presente adverso. Afinal, não haveria fragmentos capazes de revelar disposições, escolhas de participação coletivas ou mesmo inconformismos individuais ancorados em contextos anteriores? É evidente que essas possibilidades não podem emergir na cena histórica se a investigação tiver o propósito “isento” de reconstituir o passado.

Das intenções que movem o historiador no presente, dos seus compromissos com as questões do seu tempo, é que podem se configurar novas visões sobre o acontecido. As questões suscitadas por esses fins direcionam, orientam e determinam resultados no trabalho do pesquisador.

Movimentos que fizeram emergir sujeitos anônimos, intervenções das multidões e práticas coletivas, efetivas na dinâmica da vida social, são retomados com maior frequência nas sociedades de massa como contraponto às visões elitistas, hegemônicas. Esses movimentos são parte de uma ação política, inspirada pela atitude de valorizar o coletivo. Na história, os esforços que buscam evidenciar a participação e atividades de gerações, por ora vencidas, seguem em busca de lugares e reconhecimento social. Uma das dificuldades apresentadas para abrigar propósitos dessa natureza, apontada por Ginzburg (1987), é a escassez de testemunhos sobre hábitos de vida das classes dominadas. Além disso, o autor destaca o fato de a cultura das classes populares ter sido predominante oral e, com isso, lhe faltarem registros diretos sobre suas intervenções.

Para acessar vestígios da cultura popular o historiador se vale, em geral, de fontes secundárias que a interpretaram, ora com maior ou menor proximidade. Outro desafio capaz de superar barreiras dos estudos sobre a cultura dos grupos subordinados é considerar o modo como interagiram e perceberam os produtos a eles endereçados. Ginzburg exalta o modo como Bakhtin interpreta aspectos da cultura popular na primeira metade do século XVI. O retorno que Bakhtin promove a esse período, através da leitura da obra de Rabelais, mesmo destacando a cultura em termos dicotômicos, acentua processos circulares construídos na relação entre diferentes grupos, num fluxo recíproco entre “cultura subalterna e cultura hegemônica”. O destino desse percurso era a priori inscrever aspectos de interferências populares para reelaborar a história dos grupos dominados. Desse modo, o historiador reconhece que, apesar dos méritos e possibilidades trazidos pelo trabalho de Bakhtin, o que se se capta sobre o mundo subalterno é o que o texto de Rabelais possibilita conhecer. O acesso direto às fontes do mundo popular, no campo da história, com mediações populares, segue como desafio.

Assim como alguns estudos sobre imagens permitem evocar a enunciação de determinados enquadramentos, a perspectiva advogada por Ginzburg, ao analisar fatos específicos, pretende articular contextos que os tornem significativos. A história do moleiro, um sujeito popular que desafia as explicações hegemônicas de seu tempo, narrada no romance histórico “O queijo e os vermes”, é

trazida por esse movimento de reconstituir traços da cultura popular. O autor recoloca o caráter circular da formação da cultura, embora a história da personagem retratada por Ginzburg não permita generalizar o particular como modo de intervenção coletiva da época. Nas falas dos sujeitos populares anônimos, tradições e valores são trazidos para situar condições nas quais foram inscritos. Nas palavras de Menocchio, personagem central do livro de Ginzburg, o autor captura a tradição oral presente na vida dos segmentos populares, os efeitos da Reforma na crítica audaz às práticas eclesiásticas e a importância da invenção da imprensa que permitiu ao moleiro acessar culturas e ideias precursoras do mundo moderno. Embora se trate de um caso singular, as marcas do momento que o constituiu trazem dispositivos conformadores de uma existência, somente alcançados por uma orientação que visou abordar não o indivíduo, celebrado pelos valores daquele contexto, mas anônimos, condenados e destituídos de relevância. A abordagem não buscou descrever práticas que representavam a cultura dominante, o pensamento hegemônico ou a forma de poder que triunfou, mas estabelecer relações de resistência que indivíduos comuns propuseram nesse contexto. O trabalho de Ginzburg possibilitou remontar molduras de um tempo em que resistências foram contidas, não aniquiladas. Por este aspecto, persistir nesses intentos pode ativar tradições ignoradas. Essa orientação une questões do cotidiano à determinação geral, ampla na qual está inserida a vida social, cultural e as manifestações individuais. A expectativa desse movimento é trazer de volta a voz do derrotado na história para elaborar, outra vez, a virtual invencibilidade de suas expectativas.

O reconhecimento desses grupos, representados como seres de falta, conduziu outros trabalhos a os identificar como indivíduos sem cultura. Dessa forma, o esforço de relatar suas ações e afirmar um sentido oposto foi prejudicado pela exiguidade de referências sobre a importância deles e suas construções significativas, tornando a tarefa do resgate afirmativo desses grupos mais complexa. O desafio de compreender o anônimo como detentor de um capital cultural específico, e não como excluído (do capital cultural hegemônico), prossegue não só na história, mas em diversos campos do conhecimento. Em especial, para nossa reflexão, nas ciências sociais brasileiras.

Embates culturais das classes inferiores

As propostas de análises sociológicas sobre classes menos favorecidas no Brasil têm sido dadas pela categoria

da exclusão. Essa categoria não se define por uma mirada relacional que considera a resistência, destacada por Hall, dos setores populares na busca de integração e reconhecimento. Além de determinar como parte da sociedade apenas os segmentos hegemônicos, essa perspectiva não capta ações que representem o tipo de inclusão que sujeitos populares buscam e a forma como querem ser vistos.

Analisados pelo referencial da ausência de consciência de classe nos anos 1960 e 1970, ou pela precária noção de cidadania, os pobres apareceram definidos negativamente ou pela falta. Esses estudos estiveram associados a dois paradigmas básicos: ao paradigma da produção, sendo tratados como trabalhadores, e ao paradigma da cultura.

No primeiro paradigma, esses sujeitos populares são definidos em função do lugar que ocupam no processo produtivo. São pensados como produtores, identificados como aqueles que não possuem meios materiais, vistos em sua condição de dominados e, ao mesmo tempo, destituídos de recursos simbólicos. Esse contingente de pessoas, no entanto, não se reconheceu na perspectiva produtivista na qual foram pensados. Por muito tempo foram classificados como alienados, ou mesmo dotados de falsa consciência. Esses grupos foram caracterizados como se sua identidade fosse ou devesse ser construída exclusivamente a partir de sua determinação de classe, ou de outro ponto de vista, como se suas ações fossem ou devessem ser motivadas pelo interesse em satisfazer suas necessidades materiais, uma vez que foram definidos por esta carência básica. Embora pertencessem à determinada classe social, em função da posição estrutural que ocupavam na sociedade dividida em classes, essa não poderia ser a única maneira de explicá-los. Outras dimensões, categorias e referências eram operadas por eles, constituindo explicações diversas do mundo e do lugar que nele ocupam.

A perspectiva do paradigma cultural construiu-se em torno de práticas e modos de vida populares. Esses estudos contrapunham-se àqueles que dissociavam práticas sociais e fundamentos simbólicos, atribuindo às massas comportamentos alienados. Essa visada opõe-se às duas vertentes colocadas pelo paradigma produtivista: primeiro, àquela que pressupunha a integração dos pobres, na medida em que operava com as categorias dominantes; segundo, a que buscava obsessivamente um diagnóstico que revelasse a homogeneidade necessária aos trabalhadores, capaz de assegurar-lhes uma ideia universal de direitos. A concepção de heterogeneidade e diversidade como obstáculos à construção de projeto unificador foi

profundamente criticada pela perspectiva do paradigma cultural. Além disso, os fenômenos culturais não são vistos apenas como meros instrumentos de dominação, colocados funcionalmente à disposição do poder, mas como construções nas quais eles operam e participam. No entanto, a partir desse paradigma, correu-se o risco de conceber a cultura como fenômeno independente, dissociado do contexto no qual está relacionada. A análise dos fenômenos culturais ficou comprometida na medida em que eram tomados autonomamente em relação ao conjunto da sociedade.

Na primeira perspectiva de análise (paradigma da produção), há redução injustificável dos fenômenos culturais, tratando-os como meros instrumentos de dominação para servir funcionalmente ao poder. No segundo paradigma tenta-se conceber a cultura autonomamente, deixando de considerar propósitos que inscrevem a vida das pessoas comuns em relações de dominação e contextos sócios culturais amplos, que se influenciam e interagem permanentemente, tornando os fenômenos sociais mais complexos.

Uma outra possibilidade é apresentada pela percepção de cultura trabalhada por Williams (1992), que não se reduz a escolhas dicotômicas, excludentes. O autor entende a cultura como elemento fundamental na constituição da ordem social, não como decorrência dela ou, ainda, imanente a ela. Converge as perspectivas idealista e materialista, criando uma concepção dialógica de cultura. Para o autor, trata-se de um sistema de significações no qual a ordem social é comunicada, reproduzida e experimentada. A cultura está em constante processo de ressignificação, em contínuas trocas simbólicas com outras esferas que compõem a sociedade. Através dessa perspectiva, é possível conceber a existência de capitais culturais distintos em diálogo. Porém, como aponta Souza (2009), miradas como essa não foram adotadas pelo pensamento sociológico brasileiro contemporâneo.

Segundo o autor, a perspectiva economicista, no Brasil, prevalece para caracterizar segmentos sociais. Desconsidera-se peculiaridades culturais de classe ao encarar a cultura em uma mirada linear e civilizatória, homogênea e hegemônica, desconhecendo pluralidades e experiências que fogem do arsenal simbólico socialmente legitimado por classes dominantes.

A caracterização dos sujeitos pertencentes às classes populares como sujeitos em falta, desprovidos de cultura, torna o capital econômico o critério determinante da exclusão social. Tratá-los unicamente pelo viés da perspectiva econômica, colocando-os “fora” da sociedade,

impede de vê-los como sujeitos integrais, que movem redes de significações, resistindo ao sentenciamento social dado pela ideia da exclusão econômica. Martins (1997) aponta que nem mesmo os mortos, ou até os que ainda não nasceram podem ser considerados excluídos socialmente, já que de alguma maneira influenciam representações, ações e preocupações no mundo dos vivos.

Somente a morte simbólica pode tornar o ser completamente excluído. O significado da categoria exclusão, então, tem dimensão contrária daquela que o senso comum lhe atribui. Em discussão com educadores de pastorais e movimentos populares, esse autor afirma:

Por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes: existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro: elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam (Martins, 1997, p. 14).

Observa-se assim, a importância dos sujeitos que resistem a esses processos, construindo redes de pertencimento capazes de informar aos outros sobre expectativas relativas às formas de reconhecimento, ou mesmo de inclusão, às quais aspiram. A exclusão, portanto, não é exatamente o que o termo almeja. Se nomeia por ela as dificuldades, os problemas que esses setores enfrentam no percurso para se incluir na cultura hegemônica, ou seja, a precariedade, a instabilidade, enfim, a marginalidade. As pessoas vivem esses processos em lugares residuais na sociedade. Ainda assim, inseridos nela.

Sarti (1996) afirma, em outras análises, que os excluídos de hoje, assim como os pobres nas ciências sociais brasileiras até o final da década de 1970, são também caracterizados pela falta, desconsiderando-se a afirmação de suas características enquanto sujeitos. Antes desse período, pouco se falou da cultura construída com recursos simbólicos próprios ou mesmo como eles se viam. Pouca atenção foi dispensada por esses estudos

à vida social e simbólica dos pobres; falou-se muito da pobreza e pouco dos sujeitos que a experimentavam e suas realidades sociais.

Segundo a autora, os pobres não são o *homo economicus*, nem formam cultura livre, dotada de virtuosidades especiais, mas devem ser vistos como parte de um sistema mais amplo no qual suas identificações irão depender da lógica social à qual nós, eles e outros estão expostos.

Contrapor uma “cultura autônoma” à “cultura integrada” (e, portanto, alienada) é virar o argumento pelo avesso. A afirmação da diversidade cultural implica a análise política do jogo das relações de força, porque nesse jogo não se é, por definição, nem autônomo, nem dominado (ou integrado) em termos absolutos (Sarti, 1996, p. 20).

A partir dessa análise, o que importa na abordagem desses estudos, para a autora, é a lógica das identificações e diferenciações construídas de forma relacional. Deve-se então, abandonar as perspectivas dos preconceitos, da fatalidade, do determinismo e das supostas atitudes conformistas e passivas das massas. Portanto, há outras perspectivas de integração presentes nas associações desses indivíduos que buscam, através de distintas instâncias relacionais e comunicativas, formar sua identidade, afirmando exatamente a busca pelo reconhecimento social. Há, então, completa recusa da condição de excluído por parte desses indivíduos, na medida em que essas formas de resistências e tentativas de pertencimento são proclamadas através de suas falas, construções significativas, modos de vida e relação com a cultura.

A história construída e edificada em escolhas e métodos incapazes de reconhecer o protagonismo da multidão de anônimos populares instituiu realidades discursivas que afetaram de modo significativo a compreensão de gerações que conviveram com o empecilho de valorizar e construir o orgulho de suas origens étnicas e sociais. É claro que isso não se fez sem prejuízo da tradição herdada e da cultura a ser elaborada no curso das relações entre as classes subalternas e grupos dominantes. A noção de cultura desses grupos afastada de tensões vividas entre eles, agentes dominadores, instituições, padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes que os distinguem fez falta para formar gerações e dar voz às reações manifestadas na vida cotidiana e na produção cultural.

O comprometimento com o apagamento desses indivíduos promove efeitos de verdade construídos

discursivamente com fortes implicações em hábitos e costumes. Ao lado dessa noção de verdade é possível afirmar outras formas de pensamento baseadas em esforços dispostos a agir com foco na ação dos anônimos. Esses movimentos que visam diferentes efeitos de verdade permitem restaurar forças latentes, recompor discursos, renomear lugares aspirar diversos modos de inserção em narrativas plurais. Para isso, é essencial apurar indícios que demonstrem a ação de indivíduos pouco valorizados pela cultura hegemônica.

Esses gestos podem resultar no êxito de confiar estima aos populares. Nesse movimento, há indiscutível aproximação da narrativa histórica e da retórica. É pelo exercício da argumentação, elaborada em valores que envolvem esse intento que serão buscadas as provas dos acontecimentos. A força da reconstituição narrativa do passado histórico deriva de comprovações, do arranjo proposto e dos argumentos trazidos neste tipo de trabalho. O que pode ser aceito como verdade é o que se apresenta como verossímil, ou seja, o que é reconhecido como representação existente em determinados grupos sociais. Portanto, o lugar do estudo dos anônimos é também um campo aberto à intervenção dos sujeitos e às disputas para levar aos outros a partilha de um universo discursivo. Esse ato pode contribuir para determinar a identidade dos sujeitos, os lugares sociais que ocupam, suas posições hierárquicas e disposições para interferir no jogo dessas representações. A narrativa que recoloca essas questões não se principia pela isenção, ao contrário, demarca o lugar oposto ao apagamento desses indivíduos para promovê-los à condição de sujeitos autônomos.

Apesar das expectativas com as narrativas sobre os populares anônimos, histórica e sociologicamente, o apagamento do sujeito ordinário, sua suposta carência de cultura, sua denominação pela falta e a constante tentativa da cultura hegemônica de suplantar o popular, desarticulando-o, são aspectos que perduram especialmente na tradição midiática.

Anônimos na cultura midiática

Destacar a relação dos sujeitos com a mídia implica compreendê-la não apenas na dimensão de seus suportes, mas como processo de mediação. Dessa forma, considera-se esse fenômeno além de seus aspectos técnicos, abarcando interações, ambientações, relações culturais e circulação de significados no cotidiano. Entende-se os processos de midiatização não apenas como tecnização da informação, mas como espaços de interatividade em

diálogo com a cultura e outras esferas da sociedade, que configuram as mediações cotidianas.

A mídia não pode ser deslocada de seu contexto social. Para Kellner (2001), ela incorpora discursos sociais e políticos que, para serem interpretados e compreendidos, exigem métodos críticos que os articulem no meio em que são criados, veiculados e recebidos. A cultura da mídia precisa, de certa forma, articular e ser simbolicamente experiência social. Assim, no contexto em que predominam os valores neoliberais em conflito com os interesses dos sujeitos anônimos e populares, o apagamento e a invisibilidade deles tendem a se afirmar. Segundo Sousa Santos (2007), experiências locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelo conhecimento científico e pelo senso comum, são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso têm permanecido invisíveis, desacreditadas. São realidades, conforme o autor, produzidas como ausentes.

Especialmente no Brasil, os grupos que detêm o poder midiático se inscrevem na cultura hegemônica, o que fortalece, precisamente, a consolidação de seu capital cultural em detrimento do popular e do anônimo. A indústria cultural é a dimensão que reproduz a vida simbólica. O conhecimento no campo da comunicação é uma ação a ser elaborada em um mundo de pessoas, imagens e cultura que, por vezes, se apresentam de forma desarmônica, ambígua, amparadas em fragmentos e um mosaico de imagens. Mesmo em um estudo contemporâneo, propor o sujeito popular no centro dos estudos sobre a cena midiática é um desafio que recoloca questões indicadas no campo da história e das ciências sociais.

Trabalhar esses anônimos na cultura midiática requer, antes de tudo, escolher disposições afirmativas do discurso sobre eles. É necessário viabilizar no plano metodológico meios de trabalhar essas narrativas de modo a perceber estruturas dos produtos culturais dirigidos a eles, capturar formas midiáticas que desafiam o discurso dominante e observar como os populares se colocam diante desses discursos. Ainda, cabe retomar dificuldades apontadas no estudo da história no intento de iluminar intervenções de anônimos no exame de fontes indiretas: filmes, vídeos, etc. não produzidos por eles. Sem garantir que o desafio teórico metodológico será superado, importa recuperar a ideia de cultura concebida em perspectiva circular, com fluxos de mútua influência, mesmo que de naturezas distintas, entre dominantes e dominados.

Ainda que a atitude a que se destina esse trabalho pretenda afirmar a crítica e resistência ao controle social, será possível perceber oposições em produtos fortemente

engajados no enfraquecimento da identidade das forças populares. Nessas produções, a participação dos populares anônimos pode ser refletida como reações aos planos de enquadramento nos quais são pensados que, por meio da domesticação ou do assimilacionismo, têm, muitas vezes, aniquilado espaços e sujeitos. Esses produtos podem dar visibilidade ao modo como setores populares se inserem na trama do discurso midiático, cooperam com a produção de notícias, mas, nas brechas do discurso que proclamam, teimam em não colaborar com valores que a narrativa midiática pretende afirmar. É o que se pode ver, por exemplo, no exame das reportagens do Programa Criança Esperança, veiculado pela Rede Globo, discutidas e analisadas em outro trabalho (Sena, 2011). Trata-se de um programa cujo objetivo é fomentar a arrecadação de recursos para projetos que promovam a defesa das crianças e jovens no Brasil. Anualmente, o Criança Esperança conta com a participação de artistas, cantores, jornalistas e celebridades apelam para a responsabilidade social do telespectador. Nas reportagens, os protagonistas das entrevistas contribuem com o discurso do programa, mas inserem nas fendas dessa oportunidade de discursar a crítica ao sistema, à desigualdade social e o inconformismo à falta de perspectiva para mudar o atual quadro em que vivem, contrariando pontualmente a perspectiva neoliberal do discurso da emissora.

Além desses espaços de resistência engendrados em narrativas caracterizadamente dominantes, outras formas de abarcar o popular, histórica e sociologicamente invisibilizados, tornaram-se possíveis. Especialmente com a emergência das mídias digitais, um gesto de valorização das causas populares foi bancado por certos grupos que, não dependendo da chancela e dos meios de produção de grupos midiáticos tradicionais, pôde produzir discursos dissonantes. O grupo Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, Mídia Ninja, por exemplo, apresentou outras possibilidades de enfrentar a invisibilidade midiática de grupos sociais. Neste caso, trata-se de uma batalha que aposta na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos para realizar reportagens, documentários e investigações, com foco na luta social e na articulação das transformações culturais, políticas e econômicas. A Mídia Ninja (2016), através da plataforma digital, tem tido expressividade nas últimas manifestações sociais, marcadamente nas chamadas Jornadas de Junho de 2013. Na ocasião, o grupo optou por uma cobertura diferenciada dos eventos, priorizando a fala dos que, usualmente, não tem voz nos meios de comunicação de massa tradicionais. Enquanto

a grande mídia direcionou esforços para cobrir a ação da Polícia Militar, os episódios de violência ou os posicionamentos dos governos estaduais e federal diante das manifestações, o grupo narrou o acontecimento por diferentes perspectivas, buscando trazer a pauta dos movimentos e competir com a visão dos meios dominantes sobre a violência policial. Além da Mídia Ninja, outros coletivos também vêm contribuindo para a pluralização de debates, visando ressaltar pautas vinculadas a diversos grupos minoritários. Movimentos feministas, da comunidade LGBT, negros e indígenas, para citar alguns, se fazem presentes na cibercultura.

O esforço da ação contra hegemônica, porém, não se dá apenas no contexto das mídias digitais. Segundo Vidal (2010), a reportagem configurou-se como gênero justamente a partir de sua preocupação com o registro de alteridades culturais. Conforme a autora, repórteres compreendem seu ofício como um ato de revelar realidades sociais desconhecidas por seus leitores. O trabalho da jornalista gaúcha Eliane Brum tem se destacado nessa vertente ao procurar dar visibilidade ao cotidiano de sujeitos ordinários. Em seus dois livros mais significativos, *A vida que ninguém vê* (2006) e *O olho da rua* (2017), traz reportagens protagonizadas por moradores de rua, habitantes de favelas e trabalhadores. Fala, por exemplo, sobre um carregador de malas, uma mulher analfabeta cujo sonho é aprender a ler, parteiras que moram nas florestas da Amazônia, garimpeiros e idosos abandonados em casas de repouso. Seu trabalho, que se ancora nas próprias características fundadoras da reportagem como gênero, procura se opor ao jornalismo chamado referencial, a *hard news*, que prioriza fontes institucionalizadas em detrimento de vozes ordinárias ou populares. Mesmo se tratando de uma fala sobre os sujeitos anônimos, e não e produzidas por eles, iniciativas desse tipo miram valorizar suas experiências e fazer emergir suas realidades. É, no entanto, a mídia digital que parece se firmar como espaço midiático mais favorável para fomentar narrativas construídas pelos próprios atores populares.

O *Jornal Alemão Notícias*, criado em 2009 pela jornalista Viviane Ribeiro, é, hoje, um dos principais jornais online do Rio de Janeiro (Aranda, 2015). Através de uma página no *Facebook*, a repórter e moradora do Complexo do Alemão apreende e exerce a profissão de dentro da comunidade, com auxílio de moradores que contribuem com a produção do jornal. Outras experiências jornalísticas nas redes sociais, como o Papo Reto ou A Voz da Comunidade, também cooperam na expansão de narrativas construídas por sujeitos caracterizados como

anônimos. Esses projetos configuram um jornalismo de fato popular, na acepção trabalhada por Hall.

Não obstante, atores populares já haviam ampliado suas falas no cenário midiático brasileiro antes da Internet. A Rádio Favela, criada em 1981, em Belo Horizonte, por moradores do Aglomerado da Serra, é um exemplo emblemático dessa luta por visibilidade. Legalizada somente no ano 2000, pretendia expor acontecimentos concernentes ao dia a dia dos habitantes do maior complexo de vilas e favelas da capital mineira. O apoio popular na origem da rádio foi determinante no processo de consolidação desse meio de comunicação.

De acordo com William (2016), aproximadamente 10 mil rádios comunitárias esperam pela legalização há mais de 10 anos. Diante desse cenário, reforça-se, ainda mais, a contribuição da comunicação digital para gerar novos fluxos de produções culturais interessadas na promoção e visibilidade de sujeitos populares cotidianamente esquecidos. As mídias digitais, de fato, modificaram estruturas no campo da comunicação. No entanto, é necessário observá-las com cautela para evitar otimismo exagerados. Sodré (2002) destaca que novo é, somente, o fenômeno da estocagem de grandes volumes de dados e a rapidez em sua transmissão. Velhas estruturas de poder se fazem presentes no ambiente digital e podem perpetuar antigas estratégias discursivas de dominação. As maneiras de construir informações e acessá-las não são universais. Mas, mesmo considerando esses aspectos, é inquestionável que há mais polifonia no ambiente midiático.

A democratização no ambiente digital, porém, só será possível se as vozes conversarem entre si e discursos de diferentes culturas, do popular ao hegemônico, puderem estabelecer diálogos e constantes ressignificações com acesso livre às formas de produção e consumo dos bens simbólicos.

Serelle (2014) entende que a visibilidade dos populares é significativa, mas o desafio que se coloca é ultrapassar a visibilidade, transformando-a em ação política.

Nessa guinada midiática dos populares, a questão fulcral é a de como transformar visibilidade em política efetiva de participação, em que o reconhecimento conquistado pela classe consiga cruzar as linhas de distinção que ainda conservam, a despeito dos avanços na distribuição de renda nos últimos anos... (Serelle, 2014, p. 57).

Com isso, não se afirma um cenário de democratização e igualdade de participação pela visibilidade, mas

se abrem novos campos de intervenção que podem ou não ser concretizados, a depender da compreensão e inserção autônoma dos sujeitos ordinários nesse processo.

As mídias tradicionais hegemônicas, na televisão, no rádio e no impresso, ainda têm forte participação na construção do imaginário social. No entanto, a rebeldia e a reivindicação repulsiva contra o enquadramento dos setores populares, expressos nesses discursos, contribuem para afirmar valores e identificações que buscam lugares e destinos diferentes. As escolhas dos indivíduos no mundo dependem da crença em suas capacidades. As forças que inibem a ação do coletivo podem ser enfrentadas também em formas de narrar sujeitos e construir identificações. Esse esforço depende dos recursos que se tem, da forma de explorá-los, mas, sobretudo, das escolhas a que se destinam as investigações e as formas de narrar os sujeitos e os conflitos de nosso tempo.

Referências

- ARANDA, G. 2015. Profissão Repórter. *Carta Capital*. Brasileira. São Paulo, 13 mai.
- BRUM, E. 2017. *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. São Paulo, Globo, 376 p.
- BRUM, E. 2006. *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre, Arquipélago, 208 p.
- DEBRAY, R. 1994. *O Estado Sedutor: As Revoluções Midiológicas do Poder*. Petrópolis, Vozes, 175 p.
- GINZBURG, C. 1987. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 272 p.
- HALL, S. 2003. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 480 p.
- KELLNER, D. 2001. *A Cultura da Mídia-estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, EDUSC, 454 p.
- MARTINS, J.S. 1997. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulus, 144 p.
- MÍDIA NINJA. 2016. Disponível em: <https://ninja.oximity.com/>. Acesso em: 20/03/2016.
- SARTI, C.A. 1996. *A Família Como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, Editora Autores Associados, 152 p.
- SENA, E. 2011. *Televisão e Conexão Social. Dimensões significativas de uma campanha midiática*. Belo Horizonte, MG. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 175 p.
- SERELLE, M. 2014. A Guinada dos Populares: mídia e vida social no Brasil. *Revista Contracampo*, 30(1):44-59.
- SODRÉ, M. 2002. *Antropológica do Espelho*. Petrópolis, Vozes, 272 p.

- SOUSA SANTOS, B. 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo, Boitempo, 128 p.
- SOUZA, J. 2009. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 274 p.
- VIDAL, C. 2010. *Repórteres e Reportagens no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 241 p.
- WILLIAM, A. 2016. Anatel e a criminalização das rádios comunitárias. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/200b200bpor-causa-da-copa-anatel-anuncia-aumento-da-criminalizacao-das-radios-comunitarias-2865.html>. Acesso em: 24/03/2016.
- WILLIAMS, R. 1992. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 240 p.
- Submetido: 11/03/2017
Aceito: 17/05/2017